



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**As contradições das atuais políticas de emprego, renda e habitação na particularidade do lixão de Aguazinha (Olinda-PE)**

Bruna Soares Farias<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo discute as contradições entre as demandas objetivas dos indivíduos no caso do lixão de Aguazinha (Olinda-PE) e as políticas sociais disponíveis para atendê-las. O objetivo central é expor as contradições sociais particulares a esta realidade, resultantes das contradições inerentes às políticas sociais, compreendendo a totalidade na qual está inserido o objeto. A base de dados para este estudo exploratório consiste em pesquisa bibliográfica e documental analisando estudos anteriores, documentos oficiais, dados e notícias. Constatou-se, dadas as contradições ontológicas das políticas e a manutenção de conflitos no local, a ineficiência das medidas para lidar com essas demandas.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Política Social; Neoliberalismo; Questão Ambiental.

**Abstract:** This article discusses the contradictions between objective demands of individuals in the case of the dumping ground in Aguazinha (Olinda-PE) and social policies available to answer them. The main objective is to expose the social contradictions particular to this reality, resulting from inherent contradictions of social policies, understanding the totality in which the object is. The database for this exploratory study consists of bibliographic and documental research analyzing previous studies, official documents, data and news. It was verified, considering its ontological contradictions and the maintenance of conflicts in the area, the inefficiency of the policies to handle these demands.

**Keywords:** Social Work; Social Policy; Neoliberalism; Environmental Question.

## 1. Introdução

O presente artigo discute as contradições entre as políticas sociais — mais especificamente na área de emprego, renda e habitação — disponíveis e aplicadas para resolver a atual questão dos indivíduos que dependiam do funcionamento do lixão de Aguazinha (Olinda-PE) e as demandas objetivas desses indivíduos, sob a hipótese que tais políticas são insuficientes para atender tais demandas. O lixão foi definitivamente desativado após quase três décadas de funcionamento, em agosto de 2017, sendo causa e

---

<sup>1</sup>Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bsfarias@live.com.



consequência de diversos problemas socioambientais desde o início de suas atividades até o presente momento. Localizado no bairro de Aguazinha, em Olinda, município do estado de Pernambuco, passou por diversas transformações que se traduzem em tentativas de defini-lo como aterro<sup>2</sup>. No entanto, os resíduos sólidos sempre estiveram expostos a céu aberto no terreno, problema que jamais foi resolvido, o que levou a Prefeitura a desativá-lo definitivamente — ou talvez não, sabendo-se que não foi a única vez que isso ocorreu, tendo sido, por exemplo, dado como definitivamente fechado em 2010, no estudo de Passos, Soares e Silva (2017).

As políticas sociais disponíveis supostamente respondem às necessidades dos trabalhadores e das famílias dependentes do funcionamento do lixão, ou seja, os catadores de material reciclável e as famílias que moravam em barracos no terreno, antes deste ser permanentemente fechado. A dissertação de Araújo (1997) traz um estudo detalhado sobre as vidas dessas pessoas na época, possibilitando imergir numa realidade que permanece até os dias atuais. É válido assinalar que isso se deve à manutenção dos mecanismos do Estado subserviente ao capital, bem como observar na discussão as fortes expressões da jamais resolvida “questão racial” no país. Num contexto onde, baseando-se em dados divulgados pelo IBGE em novembro de 2018, a taxa de desemprego em Pernambuco chega a 16,7%, excedendo a média nacional (SANTOS, 2018), e a taxa de famílias em extrema pobreza tem aumento considerável (LAPORTA, 2018), é explícita a necessidade de políticas sólidas para garantir, a curto e longo prazo, direitos básicos destes indivíduos. No entanto, é possível observar, nas medidas tomadas pelo poder público local, um viés imediatista e, principalmente, individualizante, que resulta num conflito cíclico sem resolução definitiva.

O país encontra-se num contexto de aprofundamento das práticas perversas do neoliberalismo que se intensificam no atual governo de Jair Bolsonaro, considerado ultraliberal. Dentre tais práticas, há o caráter cada vez mais repressivo do Estado, onde o Serviço Social tende a ser reduzido à execução de um trabalho puramente administrativo. É preciso lembrar, portanto, que a direção da profissão, bem como a direção coletiva da sociedade brasileira e as medidas tomadas pelo Estado, ainda está sujeita às lutas coletivas. O presente artigo se insere nos esforços para uma construção dessa resistência, a partir de uma apropriação teórica, desde os mais abstratos mecanismos de dominação da classe burguesa na correlação de forças até as reivindicações mais concretas da classe trabalhadora. Há, ainda, a possibilidade de fortalecer a discussão da “questão ambiental” na área do Serviço Social. A nível local, evidencia-se a necessidade de conhecer as

---

<sup>2</sup>“No lixão, os resíduos sólidos são depositados a céu aberto; no aterro controlado, o solo recebe uma cobertura; e no aterro sanitário, o solo é impermeabilizado.” (FOGAÇA, 2018)



expressões da “questão social” atualmente acirradas pela dada conjuntura e de repensar a intervenção da profissão, considerando o Serviço Social como práxis profissional.

Assim, propôs-se aqui uma visão contra hegemônica das políticas sociais, isto é, contrária às premissas neoliberais individualizantes que regem tais políticas — “a crítica de sistema que temos em mente, e que encontramos conscientemente explicada em Marx, parte, ao contrário, da totalidade do ser na investigação das próprias conexões” (LUKÁCS, 2012, p. 297, *apud* SILVA; SILVA, 2015, p. 239). Projeta-se, com o máximo grau de aproximação possível, numa reprodução ideal, o movimento real do objeto, buscando suas características ontológico-materiais<sup>3</sup>. Além de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório (GIL, 1987), a coleta de dados deu-se através de “análise secundária” (FLICK, 2013, p. 124) dos documentos disponíveis relacionados às políticas direcionadas à população em questão, bem como da análise qualitativa dados e documentos disponíveis sobre a temática. Na intenção de discutir a problemática estudada, pretende-se apresentar histórica e criticamente: um panorama do direcionamento ideológico que rege as políticas sociais no governo anterior e as perspectivas em relação a estas no atual; uma apresentação das contradições inerentes a tais políticas, em especial às de emprego, renda e habitação; e uma discussão sobre o lixão de Aguazinha e as políticas que atenderam a população dele dependente, bem como a resistência por parte desta.

## 2. Breve panorama do neoliberalismo

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo é a reação burguesa à grande recessão econômica iniciada na década de 1970<sup>4</sup>, cuja queda das taxas de lucro e alta inflação foi creditada ao poder do movimento operário “[...] que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (p. 1). Assim, o papel do Estado neoliberal na economia é exclusivamente garantir o livre mercado,

---

<sup>3</sup>Em relação à ontologia em Marx, Tonet (2013) esclarece: “Totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. Essa ontologia do ser social [...] está suposta em toda a obra posterior de Marx, que terá um cunho mais acentuadamente científico. Por isso mesmo, para ele, não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento.” (TONET, 2013, p. 70-71)

<sup>4</sup>O surgimento do neoliberalismo data de décadas antes, no mesmo contexto do Estado de bem-estar, no pós-guerra, como uma reação teórica e política a este – tendo como marco inicial a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek. Os avisos de Hayek e da Sociedade de Mont Pèlerin formada por ele e outros autores alinhados à sua ideologia quanto aos perigos do intervencionismo estatal, por eles considerado como um ataque geral à liberdade que levaria à servidão, e da “regulação social”, nociva à supostamente positiva e imprescindível desigualdade entre os indivíduos, não poderiam ter força no contexto de crescimento econômico dos “anos de ouro” do capitalismo. Ou seja, somente ao longo da década de 70, o neoliberalismo toma força e se espalha, tendo sua experiência inicial no Chile com a ditadura de Pinochet e, posteriormente, na Inglaterra no governo Thatcher e sucessivamente por outros governos das potências capitalistas. (ANDERSON, 1995)



resultando em forte repressão dos movimentos sociais, privatizações, reforma tributária, beneficiando os mais ricos, acirrando a exploração do trabalho através da retomada de altas taxas de desemprego e constantes ataques aos direitos sociais, etc. O neoliberalismo teve êxito em suas premissas, mas falhou no propósito principal de retomada do crescimento dos anos 1950 e 1960. Foi mais propício ao crescimento da especulação que da produção, não diminuiu significativamente o peso do Estado de bem-estar — devido à necessidade de gastos do Estado com o desemprego e com a previdência — e houve enorme endividamento privado das famílias e empresas. Não obstante, em face do triunfo sobre o comunismo, o modelo teve uma firme consolidação global, estando presente até mesmo nas medidas tomadas por governos de partidos de esquerda que voltam ao poder na década de 1990 nos países pós-comunistas:

A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo. A analogia com o euro-socialismo do sul da Europa é evidente. Em ambos os casos há uma variante mansa – pelo menos no discurso, senão sempre nas ações – de um paradigma neoliberal comum na direita e na esquerda oficial. O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este ‘efeito de demonstração’ do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas. (ANDERSON, 1995, p. 04-05)

No Brasil, o governo do PT expressou a vigência, mais precisamente, de uma variante do neoliberalismo (dito social-liberalismo ou neodesenvolvimentismo), assumindo uma postura crítica ao neoliberalismo até então apresentado. Apesar das mudanças e críticas, ainda demonstram esse triunfo heterogêneo, onde o partido, nascido em 1980, a partir da luta sindical, passa por transformações ao longo da sua ascensão institucional, desde as primeiras eleições das quais participa, afastando-se do viés classista e firmando seu compromisso com o grande capital (MACHADO, 2009).

Subsequente ao PT, o MDB de Michel Temer, ascendido ao poder a partir de um *impeachment* fabricado nos moldes de um golpe de Estado, esteve declaradamente alinhado ao projeto geral do capital financeiro global e reaproximou-se do neoliberalismo “clássico”, promovendo sucessivos ataques aos movimentos e direitos sociais desde seu início, em 2016. O exemplo mais expressivo disto é a Emenda Constitucional 95 — aprovada já no início do governo, em 15 de dezembro de 2016 —, que congelou os gastos públicos primários por 20 anos<sup>5</sup>, comprometendo áreas como saúde e educação públicas, em detrimento do crescimento econômico. Outro exemplo é a criação do Plano Progridir, que “[...] reúne qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e encaminhamento ao

---

<sup>5</sup>Publicação original disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.



mercado de trabalho, a fim de contribuir para fortalecer as capacidades individuais e gerar independência socioeconômica” (MDS, 2017), ou seja, uma resposta individualizante tipicamente neoliberal às demandas da população mais pobre do país. Além disso, vale mencionar que a primeira medida provisória do governo em questão foi a redução de Ministérios, extinguindo aqueles essenciais às medidas direcionadas para esta população e para as minorias sociais no geral<sup>6</sup>.

O governo de Jair Bolsonaro, eleito — sob controvérsias, a exemplo de identificadas a fabricação e disseminação de “Fake News”, atreladas ao método Cambridge Analytica na campanha (BARROCAL, 2018) — para a gestão de 2019 a 2022, apesar de ter ascendido sob a alcunha de anti-*establishment*, já mostrou seu compromisso com a manutenção e a intensificação desse projeto no período de transição entre os governos. A aliança entre o ultraliberalismo e o obscurantismo se expressa fortemente nos últimos anos no país, e o atual governo garante selar esta aliança. A mesma bancada evangélica que lançou, no período eleitoral, seu regressivo plano político, social e econômico para o país, num manifesto intitulado “Brasil para os Brasileiros”<sup>7</sup>, é defendida e considerada pelo presidente eleito como importante para o país (GAIER, 2018), pelo alinhamento ideológico entre os dois e boa parte da população — vale citar que Bolsonaro foi eleito por 55.205.640 pessoas, totalizando 55,54% dos votos válidos.

Além da garantia social e política, a garantia econômica ao capital financeiro é o seu Ministro da Economia e guru de assuntos econômicos, Paulo Guedes, uma das mentes atuantes no já referido primeiro laboratório do ideário neoliberal — a ditadura chilena sob o governo de Pinochet (MONTES, 2018). O economista anuncia medidas favoráveis aos interesses do bloco capitalista, e prevê o aperfeiçoamento da EC95 e seus mecanismos, atribuindo aos gastos públicos a raiz dos problemas econômicos do país (GRANER; SAFATLE, 2018). Outro notável ministro escolhido para compor o governo é o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, integrante do MDB, cuja gestão no Ministério do Desenvolvimento Social, no governo anterior, foi responsável pelo cancelamento de 85 mil auxílios-doença e pelo corte de 4,4 milhões de famílias do Bolsa Família (MAZIEIRO, 2018).

Neste cenário nacional de corte de gastos públicos, afetando setores dos quais usufrui necessariamente a classe trabalhadora, e de favorecimento da classe dominante na correlação de forças, faz-se necessária uma análise materialista histórico-dialética, isto é,

---

<sup>6</sup>É possível conferir a lista completa dos ministérios reduzidos em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

<sup>7</sup>Íntegra do documento disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564596-FRENTE-EVANGELICA-LANCA-MANIFESTO-COM-PROPOSTAS-PARA-GESTAO-DO-BRASIL.html>>. Acesso em 29 mar. 2019.



pautada na historicidade, na totalidade e na contradição, para compreender de forma ontológica os mecanismos de dominação que permeiam o objeto em questão.

### **3. As contradições das políticas de emprego, renda e habitação no Brasil**

Como perfeitamente explicado por Behring e Boschetti (2009), apesar das políticas sociais após a Constituição Federal de 1988 serem supostamente pautadas no princípio da universalidade, o trinário neoliberal de focalização na pobreza extrema, seletividade e privatização protagoniza em conjunto com a “seguridade social” a principal contradição particular à política social no Brasil atual. Segundo Oliveira (2012), enquanto as medidas trabalhistas criadas na década de 1980 são explícita e exclusivamente macroeconômicas e direcionadas aos trabalhadores formais, nos anos 1990 surge a já citada contradição entre os princípios universalistas garantidos pela Constituição de 1988 — onde a garantia do trabalho, direito inalienável, torna-se responsabilidade do Estado — e essa realidade neoliberal no Brasil. Já nos governos Lula e Dilma, há o fortalecimento de políticas para a geração de emprego e renda, sob uma lógica de empreendedorismo, Economia Solidária e cooperativismo, que o autor classifica como “[...] flexinsegurança, pois retira ou flexibiliza direitos conquistados, além de não garantir a (re)inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho” (OLIVEIRA, 2012, p. 507).

Dentre essas políticas, a principal foi o desenvolvimento do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)<sup>8</sup>, voltado à qualificação profissional, ação na qual Filgueiras (2011) aponta “[...] falta de sintonia entre a qualificação requerida e os cursos disponíveis; disparidade entre o volume de treinandos e a capacidade de absorção da mão de obra qualificada; desarticulação entre oferta de qualificação e demais instrumentos da política de emprego” (FILGUEIRAS, 2011, p. 448). A autora também verifica a descentralização na aplicação das políticas após a Constituição de 1988, sendo esperadas iniciativas das administrações locais que, por vezes, não são bem organizadas para responder às demandas da população e dos demais níveis de governo, apresentando sério atraso e

---

<sup>8</sup> “Esta política está organizada mediante os denominados Planos Territoriais, que se referem a convênios do MTE com municípios, estados e/ou entidades sem fins lucrativos. É composta também por Projetos Especiais, os quais são realizados mediante parcerias com os movimentos sociais e organizações não governamentais. Há ainda os Planos Setoriais que ocorrem através de parcerias do MTE com os sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos estaduais e/ou municipais. [...] Os valores fundantes dessa política estão na base do capitalismo no estágio atual, sustentados pela perspectiva da igualdade de oportunidades e não de acesso, de construir condições para que a competição individual no mercado de trabalho seja resguardada e o acesso aos espaços seja conquistado, na perspectiva do mérito. Vale destacar que a qualificação profissional tem por fim inserir os trabalhadores recém-qualificados no mercado de trabalho, em atividades formais ou informais de trabalho, sendo que, contraditoriamente, o capital tem por tendência reduzir o capital variável e ampliar o capital constante no processo produtivo, reproduzindo e ampliando o exército industrial de reserva, que no contexto atual abarca cada vez mais trabalhadores(as).” (PANDOLFI, 2015, p. 152-153)



discrepância nos resultados obtidos. Além disso, segundo Lessa (2011), os cursos são acelerados, estão desvinculados do ensino formal e seus conteúdos são demasiadamente simples, havendo o ensino não somente da ação profissional específica, mas também relacionado a premissas ideológicas governamentais como o empreendedorismo.

Outra política disponível é a concessão de microcrédito, que visa primordialmente cumprir “[...] o duplo objetivo do capital financeiro, sob o protagonismo do capital que porta juros: formar capital bancário em escala maior e aprofundar o processo de extração de mais-valia. Faz parte, portanto, da nova forma de o capital buscar a recuperação da taxa de lucro” (MOURA, 2015, p. 106). Segundo Colodeti e Leite (2012), constitui-se como política social de geração de renda e redução da pobreza entre 1994 e 2005. No entanto, como observado pelos autores, “[...] concedidos *no mercado*, é necessário garantir aos credores condições para que os empréstimos sejam pagos [...] e, portanto, é preciso *selecionar* [...] os tomadores mais potencialmente capazes de *honrar* seus compromissos” (NERI, 2008 *apud* COLODETI; LEITE, 2012, p. 402). Assim, apesar de estar inserida neste âmbito, o principal público atendido não é a população de baixa renda. Ainda no mesmo âmbito, há o já citado Bolsa Família, principal programa nacional de transferência de renda, focalizado e seletivo, direcionado a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa considera como famílias extremamente pobres as que tem renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa e como famílias pobres as que tem renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa (CAIXA, 2019). Isso ocasiona a expulsão de famílias que supostamente saíram da pobreza, mas, na verdade, continuam com diversas dificuldades de acesso a direitos básicos.

O Bolsa Família foi um forte marketing governamental (MOURA, 2007) do governo petista e, já não sendo de todo eficiente, ainda segue sofrendo ataques, como visto na seção anterior. Para ter acesso ao programa, é necessário o cadastro no CadÚnico, sistema caracterizado como um conjunto de informações sobre tais famílias e necessário para o acesso a diversas outras políticas, como o Minha Casa, Minha Vida. Esta, por sua vez, é uma política habitacional que, ao contrário do Banco Nacional da Habitação da ditadura militar, atende os indivíduos de baixa renda, mas também é pensada a curto prazo, estando longe de uma séria discussão sobre reforma urbana e orientada pela mesma lógica neoliberal exaustivamente discutida aqui.

Vale notar que os catadores e as famílias que dependiam do lixão para sobreviver não possuem políticas sociais voltadas especificamente para sua situação. Esses indivíduos são distintos dos demais usuários pelo tipo de atividade que realizam e pelo local onde vivem regidos por “insalubridade e insegurança que, não raramente, conduz ao óbito”, além da desvalorização social, apesar de “sua representatividade significativa na cadeia



econômica dos resíduos sólidos” (BASTOS; MAGALHÃES, 2016, p. 394). Quanto à organização dos catadores nesse contexto,

O Estado legaliza a operacionalização das *cooperativas de trabalho* ou *cooperfraudes*, incentivando sua implementação e não fiscalizando sua efetivação concreta. [...] Arelado a isso, a Cooperativa mascara a lógica do assalariamento, não tendo, assim, a obrigatoriedade de assegurar os direitos trabalhistas de seus sócios, apenas os direitos previdenciários, cuja contribuição é descontada da renda do próprio catador. Com efeito, concluímos que a Cooperativa é uma expressão legal para impossibilitar que os trabalhadores usufruam dos direitos de trabalhadores assalariados, pois o pagamento — por dia de trabalho — é uma forma de assalariamento, não reconhecida legalmente e não associada aos direitos trabalhistas. (STERCHILE; BATISTA, 2011, p. 329)

#### 4. A particular problemática socioambiental do lixão de Aguazinha

A problemática do lixo é uma das expressões da “questão ambiental”<sup>9</sup> e decorrente do consumo humano crescentemente predatório<sup>10</sup>. Portanto, uma das consequências, os depósitos de lixo a céu aberto — que recebem a denominação de “lixão” — possuem uma problemática de natureza socioambiental. Em uma análise que demonstra a anteriormente referida perspectiva de totalidade, assinala Quintas (2006):

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2002), 20% do contingente mais rico da população mundial são responsáveis por 86% de todo consumo privado no planeta, enquanto os 20% mais pobres consomem apenas 5%. [...] Se há a necessidade de algo como cinco planetas para tornar acessível a todos os habitantes o estilo de vida de uma minoria, e se existe apenas um disponível, pode-se concluir que a permanência de tal padrão dependerá, cada vez mais, tanto da manutenção das injustiças e das desigualdades sociais quanto da sobre-exploração dos recursos ambientais. (QUINTAS, 2006, p. 63-64)

Atualmente, os países capitalistas centrais suportam esse padrão de consumo através do controle e da exploração dos países periféricos que devem se adequar de forma submissa à dinâmica mascarada pela narrativa do “desenvolvimento sustentável”<sup>11</sup>. Segundo Arruda (2015), os países com melhores resultados em relação ao enfrentamento do problema do lixo são os de maiores níveis de produção de resíduos sólidos per capita e, não surpreendentemente, países centrais. No Brasil, a legislação mais importante relacionada ao lixo é a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que conceitua e discorre amplamente sobre a temática, a partir da ideologia do

<sup>9</sup>Tal termo poderia ser resumido na “[...] contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para promover esse desenvolvimento.” (SILVA, 2010)

<sup>10</sup>Aqui compreendido não somente como o consumo “improdutivo (o consumo de valores de uso que não contribui para a continuidade do processo produtivo)” comumente associado ao termo, mas mais amplamente dentro do conceito de um “processo no qual um bem é utilizado para a satisfação de uma necessidade determinada”, incluindo a definição do consumo “produtivo (o consumo de meios de produção no processo produtivo)”. (NETTO e BRAZ, 2008, p. 64).

<sup>11</sup>Para uma conceituação e crítica marxista ao termo, ver Freitas, R. C. M; Nélsis, C. M; Nunes, L. S. (2012).



consumo sustentável, além de também mencionar a integração dos catadores de material reciclável. É interessante citar que a Lei, posteriormente desdobrada em políticas estaduais e municipais, previa a extinção dos lixões até 2014. Um levantamento feito pelo TCE, em Pernambuco, no ano de 2018, constatou que o estado, se mantiver o atual ritmo de medidas tomadas nos municípios nessa direção, precisará de, ao menos, nove anos e meio para atingir a meta (PAZ, 2018).

No ano de 2017, foi definitivamente desativado o lixão de Aguazinha, depois de mais de duas décadas de funcionamento<sup>12</sup> marcadas por diversas polêmicas midiáticas. Dentre estas, destaca-se o caso de consumo de carne humana por moradores do lixão, denunciado por membros de uma Igreja local, que chegou a ser matéria da Folha de São Paulo em 16 de abril de 1994 intitulada “Indigentes comem carne humana em Olinda” e desencadeou uma série de medidas, por parte do poder público, como a Biorremediação do Lixão, que o transformou em “aterro”<sup>13</sup>, e o projeto Favela do Lixão, que proporcionou a construção de casas nos arredores da área — ambos descritos detalhadamente por Passos, Soares e Silva (2017) —, além do projeto Meio Ambiente e Cidadania que, segundo Arruda (2015), “[...] priorizava a retirada das crianças e adolescentes do lixão, proporcionado a elas o retorno à vida escolar, resgatando a autoestima e o incentivo a organização dos catadores em associações ou cooperativas” (p. 41-42).

Também se destaca uma reportagem intitulada “Lixo acumula e catadores trabalham sem fiscalização em aterro de Olinda”, de 2015, da Rede Globo Nordeste, relatando que o “aterro”, uma área gigantesca, de 17 hectares — ou seja, 170 mil metros quadrados — deveria funcionar como espaço de transição desde 2011. Ficou determinado que o lixo ficaria somente durante 24h no local, depois seguiria para o município de Igarassu e não deveria mais possuir pessoas transitando, trabalhando ou morando ali, como estava ocorrendo. Ao longo dos dois meses seguintes à notícia, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)<sup>14</sup> decretou perda da licença ambiental e multa à Prefeitura de Olinda, e esta, por sua vez, iniciou uma suposta regularização do lixão (G1, 2015). Considerando a sequência dos fatos, a motivação por trás desse ato é evidentemente duvidosa e duramente

---

<sup>12</sup>Na dissertação de Araújo (1997), a autora relata a dificuldade de encontrar uma definição exata sobre a origem do funcionamento do lixão, recorrendo ao relato de moradores e catadores mais antigos do local à época.

<sup>13</sup>Em aterro controlado, técnica perigosa que consiste em nivelar o lixo e cobri-lo com terra. O estudo de Passos, Soares e Borges Filho (2011) concluiu que o tratamento em relação à emissão do biogás e à produção do chorume não poderia caracterizar o lixão como aterro sanitário, sendo “lixão”, na verdade, o termo correto para o que estava posto ali.

<sup>14</sup>A sigla originalmente significava “Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos”, nomenclatura inicial do mesmo órgão, criado em 1976. Por sua consolidação, se manteve durante as modificações que se sucederam até chegar ao nome atual, em 2009. Informação disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/Institucional/historia/41780%3B69774%3B4702%3B0%3B0>>. Acesso em 29 mar. 2019.



questionada pelo Movimento de Rebeldia Popular<sup>15</sup>, o qual organiza-se e realiza ações diretas na luta contra o lixão de Aguazinha desde 1995.

Desde o fechamento, em agosto de 2017, houve a distribuição de cestas básicas e auxílio moradia; crédito para habitação, através do Minha Casa, Minha Vida; e cursos de qualificação para os catadores de material reciclável. No entanto, como já visto, o acesso às políticas, que já são ineficientes a longo prazo, é extremamente burocrático e seletivo, além dos auxílios serem baixíssimos e insuficientes. Assim, ao longo de 2018, ocorreram protestos (TV JORNAL, 2018), e constantemente são expulsas famílias que retornam ao local, por não terem conseguido outro sustento ou um lugar para morar. É possível perceber com clareza que as políticas de cunho neoliberal de precarização e seletividade, que são pensadas a curto prazo e culpabilizam o indivíduo, são de fato ineficientes para lidar com esses trabalhadores e essas famílias de baixa renda que dependiam do antigo lixão de Aguazinha.

#### **4. Resultados e conclusão**

Fica evidente a ineficiência das políticas utilizadas pelo poder público para lidar com a questão dos trabalhadores e famílias que dependiam do lixão de Aguazinha. As políticas de emprego estão focalizadas na qualificação, também incentivando um empreendedorismo que, por vezes, é impossível de desenvolver sem um suporte adequado e não individualizante dentro de um modo de produção que visa a acumulação de capital, ou seja, ignorando que a causa principal do desemprego é ontológica à estrutura produtiva, o que acaba por manter os trabalhadores no trabalho informal, sem quaisquer direitos trabalhistas. No mesmo sentido, as políticas de renda e de habitação são pautadas no crédito, focalizadas e seletivas, sem perspectiva de mudanças substanciais e sem uma verdadeira inclusão econômica e política dos usuários.

Esse problema se perpetua na superestrutura, isto é, no conjunto de condições ideológicas, políticas e jurídicas necessariamente construídas para mantê-lo. Dessa forma, o caráter imediatista e individualizante das políticas sociais para atender a população está vinculado ao próprio ideário neoliberal, atualmente hegemônico. No entanto, sintetiza Behring (2016):

A política social e os direitos não têm a capacidade de emancipar ninguém por si só, não têm uma espécie de natureza “do bem”, mas são certamente campos de

---

<sup>15</sup>Segundo a página deste no Facebook, “[...] foi o maior movimento de rua dos bairros de Aguazinha, Sapucaia, Jardim Brasil V, Peixinhos, Águas Compridas e Caixa D’água a favor da retirada do Lixão de Aguazinha.” Disponível em: <<https://www.facebook.com/lixaoaguazinha/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.



correlação de forças entre as classes e seus segmentos, onde há processos de formação da consciência e de disputa de concepção, de cobertura material e pela alocação do fundo público. O campo da política social, especialmente em países que não tiveram pleno emprego, oferece um horizonte limitado, de emancipação política, mas que pode adquirir contornos mais contundentes, tornando-se mediação para a emancipação humana, quando organiza os trabalhadores e suas lutas em torno de uma pauta concreta: saúde pública e gratuita, educação pública e gratuita em todos os níveis, moradia popular de qualidade, transporte com tarifa zero, lazer, envelhecimento digno, com aposentadorias condizentes e solidariedade intergeracional. (BEHRING, 2016, p. 26)

É preciso, de fato, aproximar-se das reivindicações objetivas dos usuários das políticas sociais. Trazendo à tona o foco da discussão realizada, é necessário ouvir as reivindicações objetivas dos trabalhadores e das famílias que dependiam do lixão de Aguazinha, as quais ainda protestam após tantas medidas tomadas por parte do poder público, e traçar medidas de intervenção que estimulem a auto-organização dessa população — não no sentido individualizante típico do Desenvolvimento de Comunidade, mas no sentido da construção necessária para a emancipação verdadeira dos indivíduos que passa, necessariamente, pela emancipação da classe trabalhadora. Além disso, as lutas sociais são imprescindíveis para a garantia dos direitos, bem como uma educação de base classista que compreenda a relação indissociável entre hegemonia e cultura, em termos gramscianos. Nesse sentido, vale ressaltar que o profissional do Serviço Social deve ir além do seu espaço sócio ocupacional, por vezes determinado a servir como mediador de interesses, para servir diretamente aos interesses da classe trabalhadora, como previsto no próprio projeto ético-político da profissão.

## 5. Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. História da CPRH. **Agência Estadual de Meio Ambiente**, Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/Institucional/historia/41780%3B69774%3B4702%3B0%3B0.asp>> . Acesso em: 29 mar. 2019.

AGENCIA SENADO. Primeira Medida Provisória de Temer reduz de 32 para 23 o número de ministérios. **Senado Notícias**, 16 mai. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, L. M. S. **Trabalho, sociabilidade e exclusão social**: o caso dos “bagulhadores” do lixão de Aguazinha. 1997. 197 f. Dissertação (mestrado em Antropologia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

ARRUDA, S. G.. **Avaliação do mercado informal de reciclagem como atividade relevante ao processo de gerenciamento de resíduos sólidos, após encerramento de lixões**: o caso de Aguazinha e Muribeca. 2015. 102 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) — CAA, Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco.

BASTOS, V. P. B; MAGALHÃES, A. O. Lixão de Gramacho: impactos do encerramento para os catadores. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 379-398, jan/jun. 2016.

BEHRING, E. R. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 18, p. 13-29, 2016.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGES FILHO, E. F. A.; PASSOS, C. R. F.; SOARES, D. B.. Observações sobre a dinâmica do aterro de Aguazinha, Olinda (PE). In: MENDONÇA, I.; SEABRA, G. (org). **Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, v. 4, (páginas)

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 95**, de 16 dezembro de 2016. Brasília, dez. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CARTA CAPITAL. As pistas do método 'Cambridge Analytica' na campanha de Bolsonaro. **Carta Capital**, 19 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

COLODETI, V. de P.; LEITE, I. C. Microcrédito, informalidade e "combate à pobreza". **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 385-406, jul./dez. 2012.

FILGUEIRAS, C. A. C. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 438-460, jul./set. 2011.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOGAÇA, J. R. V. Diferença entre lixão, aterro controlado e aterro sanitário. **Mundo Educação**. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/quimica/diferenca-entre-lixao-aterro-controlado-aterro-sanitario.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

G1 PE. Lixo acumula e catadores trabalham sem fiscalização em aterro de Olinda. **G1 PE**, Pernambuco, 9 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/lixo-acumula-e-catadores-trabalham-sem-fiscalizacao-em-aterro-de-olinda.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Olinda começa a regularizar situação do Aterro de Aguazinha. **G1 PE**, Pernambuco, 1 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/12/olinda-comeca-regularizar-situacao-do-aterro-de-aguazinha.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

GAIER, R. V. A bancada evangélica é importante para o Brasil, diz Bolsonaro. **Exame**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-bancada-evangelica-e-importante-para-o-brasil-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GRANER, F.; SAFATLE, C. Ministério da Economia terá 6 secretarias especiais, diz Paulo Guedes. **Valor Econômico**, Brasília, 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6005697/ministerio-da-economia-tera-6-secretarias-especiais-diz-paulo-guedes>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LAPORTA, T. Pobreza extrema cresce em 25 estados brasileiros, aponta estudo. **G1**, 10 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/10/pobreza-extrema-cresce-em-25-estados-brasileiros-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LESSA, S. E. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 284-313, abr./jun. 2011.

LIXÃO DE AGUAZINHA – HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE REBELDIA POPULAR. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lixaoeaguazinha/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MACHADO, E. **Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, n. 21/22, p. 23-34, 2009.

MAZIEIRO, G. Futuro ministro de Bolsonaro, Terra fez cortes no INSS e Bolsa Família. **UOL**, São Paulo, 28 nov. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/28/ministro-anunciado-por-bolsonaro-terra-fez-cortes-no-inss-e-bolsa-familia.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Progredir. **O QUE É O PROGREDIR?** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/progredir/o-que-e>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MIRANDA, T. Frente Evangélica lança manifesto com propostas para gestão do Brasil. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 24 out. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564596-FRENTE-EVANGELICA-LANCA-MANIFESTO-COM-PROPOSTAS-PARA-GESTAO-DO-BRASIL.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MONTES, R. O laço de Paulo Guedes com os “Chicago Boys” do Chile de Pinochet. **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012\\_110097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MOURA, P. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 115-122, jan./jun. 2007.

MOURA, R. Crédito para os trabalhadores e sua funcionalidade para o capital. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, p 93-118, jul./dez. 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

OLIVEIRA, E. A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 493-508, jul./set. 2012.

PASSOS, C. R. F.; SOARES, D. B.; SILVA, J. J. **Políticas socioambientais para os catadores de materiais recicláveis em Olinda, Pernambuco**. Revista Brasileira de Geografia Física, v.10, n.05 (2017) p. 1496-1510.

PANDOLFI, A. Reflexões críticas sobre as políticas de geração de trabalho e renda no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, p. 135-160, jul./dez. 2015.

PAZ, J. Pernambuco vai precisar de mais de nove anos para acabar com lixões. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 21 fev. 2018. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/21/interna\\_vidaurbana,742353/pernambuco-vai-precisar-de-mais-de-nove-anos-para-acabar-com-lixoes.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/21/interna_vidaurbana,742353/pernambuco-vai-precisar-de-mais-de-nove-anos-para-acabar-com-lixoes.shtml)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. 2ª edição. Brasília: Ibama, 2006. Disponível em: <<http://www.blogdocancado.com/wp-content/uploads/2011/06/livro-introducao-a-gestao-ambiental-publica.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SANTOS, J. M. Pernambuco é um dos estados mais afetados pelo desemprego. **Diário de Pernambuco**, 14 nov. 2018. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/11/14/interna\\_politica,768278/pernambuco-e-um-dos-14-estados-mais-afetados-pelo-desemprego.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/11/14/interna_politica,768278/pernambuco-e-um-dos-14-estados-mais-afetados-pelo-desemprego.shtml)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SILVA, M. G. E. **Questão ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J.; SILVA, M. Pesquisa e Serviço Social: contribuição à crítica. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 238 - 252, ago./dez. 2015.

STERCHILE, S. P. W; BATISTA, A. O espaço da cooperativa “amigos do meio ambiente”: cooperativa de trabalho ou cooperfraude? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 314-334, abr./jun. 2011.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TV JORNAL. Famílias que trabalhavam no Lixão de Aguazinha cobram promessas. **TV Jornal**, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2018/03/15/familias-que-trabalhavam-no-lixao-de-aguazinha-cobram-promessas-40331.php>>. Acesso em: 29 mar. 2019.